



VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

**CULTURA OPERÁRIA ASSOCIATIVA: O CENTRO PROLETÁRIO
PIAUIENSE E OS TRABALHADORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA
NO PIAUÍ**

Leôndidas Freire S. Júnior*

Antônio Melo Filho (Orientador)**

1

Este trabalho visa o estudo da relação entre os operários Piauienses da primeira República, trabalhadores livres e a cultura de se associar em instituições, ou organizações operárias, enfatizando especificamente o caso do Centro Proletário Piauiense - preocupando-se em compreender as formas de mutualismo, as tensões e conflitos intra-classe, e fora da classe, e em seguida desenvolver levantamentos das possíveis diferentes experiências do associar-se. O trabalho se insere no contexto da feição de uma monografia, que tem como tema central a imprensa operária do período, neste sentido os estudos do mutualismo no período elencados aqui, encontram-se em sua fase inicial.

Do ponto de vista acadêmico o trabalho tem duas justificativas basilares, a primeira referente a não existência de um estudo no campo da historiografia Piauiense sobre a problemática do operário na Primeira República. A segunda faz nota a

* Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí, Bolsista do PET-História da UFPI.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Pernambuco, Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí.

preocupação atual dos pesquisadores brasileiros de História do Trabalho, em alargar os estudos tanto metodologicamente, quanto no que diz respeito a exploração de áreas geográfico-temporais de experiências operárias inexploradas, para provavelmente assim, constituir uma dimensão crítica maior da trajetória histórica dos trabalhadores no Brasil.

Embora ainda em fase de desenvolvimento, essa pesquisa se preocupa em reavaliar também a historiografia brasileira a respeito da cultura associativa, percebendo pontos de mudanças nas percepções das variáveis de discussões neste campo.

QUAL HISTÓRIA?

As primeiras Histórias da “Classe” Operária no Brasil, referentes ao período da Primeira República foram contadas por “Historiadores-testemunhos”, militantes que preocupavam-se em de alguma forma, registrar e organizar aquela História principalmente de “Lutas”, “Greves”, as recorrentes temáticas do “Anarquismo”. Essa primeira fase que se estende até a década de cinquenta, fora de certa maneira limitada dentro de suas possibilidades metodológicas e de compreensão da complexidade do “movimento operário” Brasileiro, embora seja mais do que merecido o mérito do pioneirismo, e de uma vasta organização das fontes de memória dos operários. A exemplo de organização de documentações operárias, temos o caso do próprio Edgard Leuenroth.

Na década de sessenta, inicia-se de forma mais forte os trabalhos acadêmicos referentes ao “movimento operário”, trabalhos como o de José Albertino Rodrigues¹, e posteriormente em outra década o de Hermínio Linhares², que avançam em alguns pontos metodológicos, porém devido a escassez das fontes e o cunho economicista-determinista da análise do mutualismo, os trabalhos se limitam neste tempo, embora

¹ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

² LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

neste mesmo período Aziz Simão³ consegue alguns avanços no que se refere a concepção das análises: evolutiva e embrionária das sociedades mutuais.

No final da década de setenta, início da década de 80, os brasilianistas, principalmente a figura de Michael Hall⁴ trazem transformações aos estudos do mutualismo, e do “movimento operário” de modo geral, a busca por empiria, traz a tona uma gama de documentações inexploradas até o momento, daquele momento se abriria as possibilidades para um entendimento mais pormenorizado do mutualismo, que permanecia ainda como questão menor, reforçada esta tese por Bóris Fausto⁵ e sua clássica obra que ajudou a perpetuar uma concentração de estudos do operariado nas questões conflituosas de “sindicatos”, e outras mobilizações “mais políticas”.

Na década de oitenta, com as traduções no Brasil, e a valorização de autores como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Michelle Perrot, Georges Haupt, Cornelius Catoriadis, unindo a essa conjuntura o revisionismo marxista em contraponto as prerrogativas Stalinistas, e bem como o início de uma discussão mais ampliada de fontes históricas e metodologias, que tal período proporcionou. Devido a soma destas circunstâncias há uma atenção maior ao estudo de operários comuns, suas condições de vida, de gênero, sua cultura, neste momento troca-se o sentido de “movimento operário” sindicalizado, “atuante politicamente” e passa-se para o estudo da classe no sentido Thompsoniano⁶. No Brasil, como essa recepção de novos paradigmas, unida a busca de novas fontes, o mutualismo começa a se fazer preocupação central e não mais secundária, Historiadores como Francisco Foot Hardman⁷, ainda na década de oitenta procura enveredar pelos estudos mutuais, com uma tendência ainda embrionária de compreensão das instituições mutuais, porém com novas fontes e discussões. Outro

³ SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado: Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

⁴ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1989-1930; O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v I, 1979.

⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel. 1977.

⁶ Cf. THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. I : A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

⁷ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1991.

exemplo é Maria Auxiliadora Guzzo de Decca⁸, que propõe uma visão para fora das fábricas, com isso lança o olhar sobre os pontos ainda não tão bem percebidos da experiência dos trabalhadores.

E por fim na década de noventa, até a de dois mil, os estudos têm-se renovado e se ampliado, os estudos em torno das pós-graduações, e as investigações de Cláudio Batalha⁹, têm sido importantes referências atuais na discussão ainda nada ortodoxa das associações mutualistas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Partimos de uma ideia de que, de forma genérica, abstrata e generalizante; “A citação ritual do teórico da moda não garante a boa qualidade da pesquisa; as vezes revela apenas um banal argumento de autoridade, mera técnica de legitimação.”¹⁰. De forma que só deveríamos apreender qualquer noção teórica que seja, se for de uma forma libertária e unificada a uma intenção narrativa da experiência humana, de uma maneira que unida a feição de uma metodologia não enquadrante, e não de uma concepção pré-formatada.

Neste sentido nos aproximamos da visão de Cláudio Batalha ao rebater de forma empírica, o abandono dos estudos das instituições operárias, e de como o estudo dos estatutos de tais associações podem ser empiricamente reveladores, quando almejamos compreender o mutualismo de forma integrada a outras experiências dos que labutam, pois;

Apesar de todo estudo pressupor recortes, e recortes significarem escolhas, não creio que seja possível pesquisar, por exemplo, a vida cotidiana das classes trabalhadoras deixando inteiramente de lado a documentação produzida pelas parcelas organizadas do operariado ou aquela que diz respeito as condições ou processos de trabalho.¹¹

⁸ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas*; Cotidiano operário em São Paulo 1920- 1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹ BATALHA, C. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁰ EUGÊNIO, João Kennedy. *Ritmo Espontâneo: Organicismo em Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 28.

¹¹ BATALHA, Cláudio. *Vida associativa: Por uma História Institucional nos estudos do movimento operário*. Anos 90: Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997, p.92.

Nesta observação, é nítido o seu compromisso com a revogação de um estudo dos trabalhadores que seja de viés excludente, e que não perceba a importância que o estudo dos estatutos tem, que no caso do Piauí é a fonte mais abundante depois da imprensa do período.

ALGUNS RESULTADOS, MUITAS DISCUSSÕES

Devido a não existência sequer de uma catalogação da documentação operária do Piauí da primeira República, este nosso trabalho tem sido um tanto complicado, e vagaroso, entretanto ainda que de forma lenta, descobrimos muitas coisas, e variados caminhos neste rumo.

As associações de operários daquele momento, constituíam uma cultura do associar-se, assinalando disputas pela criação de uma cultura de classe, e por intermédio de nossas recentes descobertas, muitas questões ainda não respondidas referentes a constituição dos espaços das instituições de caráter operário, como o caráter constitutivo das diretorias, ou espaços de deliberações operárias, que em alguns momentos, entrecruzando fontes, sentimos que há possibilidades de terem havido oligarquias que falavam em nome dos operários, dado os custos de se associar e os ínfimos salários que conseguimos valorar, dos trabalhadores do período, bem como os sobrenomes, e parentescos de alguns diretores, somado com suas ações frente a seus posicionamentos políticos em determinados momentos.

De forma entrelaçada empírica, e com uma metodologia específica, os jornais, os estatutos do Centro Proletário, e os Livro de atas, será evidenciado algumas das aparentes, fáceis características apreensíveis do Centro Proletário do Piauí.

Teve fundação em 1906 e funcionou como uma das organizações operárias mutualistas, com ações decorrentes disso, como criação de escola de ideologia socialista, a escola “14 de Julho”, para que os operários associados matriculassem seus filhos, apoio financeiro as atividades desenvolvidas por operários, como clubes, festas, festas do 1º de maio, custeamento de jornais militantes, e defesa das classes trabalhadoras junto as questões de polícia.

Outro aspecto interessante é a presença de tal instituição na política daquele momento, deliberava-se por exemplo o apoio ao “candidato político do operariado”, enquanto havia várias associações, clubes, e curiosamente para esse período; sindicatos, que apoiavam candidatos distintos, mostrando a falta de unidade política das diferentes instituições representativas de classe, e também de classe no sentido profissão.

Todas estas ações eram propagadas na imprensa do período, desde a imprensa oficial, a situacionista, e a imprensa de oposição tocavam sempre na questão operária, cada uma seguindo suas intenções, fabricava uma retórica legitimadora do chamado “Papel do Operário”, e nas próprias publicações nos jornais operários, mais especificamente o Jornal *O Operário*, mantido também pelo Centro Proletário do Piauí, é perceptível este tipo de disputa, uma disputa, pelo que podemos compreender até o momento dessa pesquisa por uma cultura de classe. Entretanto nos estatutos, e nas atas de reuniões do Centro Proletário observa-se constantemente a alusão a um operariado comum, a uma classe unificada. Essa é uma problemática, pois haviam outras associações que demonstravam também tais retóricas legitimadoras. Quando por exemplo nos atentamos para a necessidade de uma contribuição mensal para associar-se a tais instituições, e os compromissos de uma agenda política que nem sempre representavam de fato interesses dos operários comuns, por exemplo as 160 mulheres da fábrica de fiação, que apelidadas pejorativamente em um sentido sexual de Pipiras, que eram meninas órfãs, em sua maioria de 9 a 14 anos vindas do interior, trabalhavam dezesseis horas por dia, e ganhavam muito pouco. Por exemplo na Fábrica de Fiação e Tecidos, questionamos tal unidade Operária em torno de uma entidade, percebemos a princípio, variadas identidades, porém, até o presente contexto, estamos em uma fase de apreensão, busca de documentações, que se encontram perdidas, muitas dispersas por vários locais diferentes.

Essa pesquisa, até o presente instante, demonstra que havia toda uma configuração operária ainda não revelada pela historiografia do Piauí, e uma discussão dessa questão nos meios intelectuais daquele momento, aludindo a percepção de que o Centro Proletário foi significativo na vida dos trabalhadores, na vida política do Piauí da Primeira República. O que fica em aberto são as características de constituição de tal entidade, e as experiências dos operários associados e não associados, uma vez que essa

pesquisa encontra-se ainda em fase de desenvolvimento, e devido a outras prerrogativas não nos foi possível ainda aprofundar tais questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio. *Vida associativa: Por uma História Institucional nos estudos do movimento operário*. Anos 90: Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997, p.92.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* São Paulo: Brasiliense, 1986.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas; Cotidiano operário em São Paulo 1920- 1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel. 1977.

GOMES, Ângela. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1989-1930; O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v I, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1991

HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
HOBSBAWM, Eric. J. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

EUGÊNIO. João Kennedy. *Ritmo Espontâneo: Organicismo em Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011.

LINHARES, Herminio. *Contribuição á história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977

MARCUSE, Herbert. *MATERIALISMO HISTÓRICO E EXISTÊNCIA*. Tempo Brasileiro, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais no Piauí*. In: SANTANA, R.N.Monteiro de.(Org.). *PIAUI: FORMAÇÃO- DESENVOLVIMENTO-PERSPECTIVAS*. Teresina: Halley, 1995.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a república*: Clodoaldo

Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 2011.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*: Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. I : A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.